

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Amanda dos Santos Silva

**O PAPEL DA ESCOLA NA REPRODUÇÃO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS: um estudo de Pierre
Bourdieu**

Taubaté - SP

2019

Amanda dos Santos Silva

**O PAPEL DA ESCOLA NA REPRODUÇÃO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS: um estudo de Pierre
Bourdieu**

Trabalho de Curso apresentado para obtenção
do Certificado Graduação pelo Curso de
Pedagogia do Departamento de Pedagogia da
Universidade de Taubaté.

Área: Educação

Orientador: Prof.º Dr. Silvio Luiz da Costa

Taubaté - SP

2019

AMANDA DOS SANTOS SILVA

O PAPEL DA ESCOLA NA REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE PIERRE BOURDIEU

Trabalho de Curso apresentado para obtenção do Certificado Graduação pelo Curso de Pedagogia do Departamento de Pedagogia da Universidade de Taubaté.
Área: Educação

Orientador: Prof.º Dr. Silvio Luiz da Costa

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Silvio Luiz da Costa

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.º Me. Silvio dos Santos

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.ª Dr. Marcia Maria Dias Reis Pacheco

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Dedico o presente trabalho para minha família, colegas,
amigos, e a todos os envolvidos na área da educação.

AGRADECIMENTOS

Á Deus por guiar o caminho.

À família e aos amigos por todo o carinho e apoio durante minha trajetória acadêmica.

A Fundação Lúcia Pelerson e Penido (FLUPP), por todo o apoio financeiro e pedagógico.

A todos os professores que participaram da minha formação acadêmica.

Ao orientador Professor doutor Silvio Luiz da Costa por todo apoio e acompanhamento.

Resumo

O presente trabalho apresenta por meio de uma pesquisa bibliográfica, uma reflexão sobre a escola, especificando o seu papel como reprodutora das desigualdades, tomando como pressuposto a base teórica de Bourdieu. Uma reflexão do campo da sociologia da educação que apresenta uma contextualização a respeito da escola e sua relação com as desigualdades presente na sociedade. Contempla a teoria de Bourdieu sobre os mecanismos presentes no campo educacional que contribuem para a reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Dentre estes mecanismos destaque para a violência simbólica, capital cultural, campo, *habitus* e conservação social. Seguindo Bourdieu, este trabalho questiona a suposta neutralidade da escola, explicitando seu papel na formação de uma sociedade mais injusta do que igualitária.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
I - A ESCOLA E AS DESIGUALDADES	11
1.1 - A função social da escola.....	11
1.2 - As desigualdades presentes na sociedade	13
1.3 - As desigualdades no ambiente escolar.....	16
II - PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	20
2.1 – Pierre Bourdieu: vida e obra	20
2.2 - Obras e contribuições para a educação	22
2.3 - Apresentação do livro: <i>A reprodução</i>	25
III - MECANISMOS DE REPRODUÇÃO	29
3.1 - Violência simbólica.....	29
3.2 - O campo e o <i>habitus</i>	31
3.3 - O capital cultural	35
3.4 - A conservação social.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz um estudo bibliográfico, sobre os mecanismos de reprodução apontados pelo sociólogo Bourdieu, nos seus estudos sobre as instituições escolares. Mecanismos estes presentes no processo educativo que contribuem tanto para reproduzir as desigualdades presentes na sociedade no âmbito escolar, quanto para legitimar essas desigualdades iniciais em destino final.

O tema surgiu durante o curso de pedagogia, especificamente nas aulas de sociologia da educação, momento esse que estava em pauta nas aulas, o estudo do sociólogo Bourdieu, onde se apresentava sua teoria sobre a escola reprodutora.

As aulas contribuíram para a reflexão acerca das experiências como aluna em uma escola pública. Foi possível reviver lembranças de situações nas quais sempre percebia, mas nunca compreendia. Durante o ensino médio, a percepção desse cenário se tornou mais clara, fazendo com que questionasse porque certos alunos da sala tinham mais facilidades em aprender, ao mesmo tempo que outros não contavam com aprendizado próximo. Ou ainda, qual o motivo pelo qual os professores ou a direção da escola valorizavam certos alunos e desvalorizavam outros, fazendo duras críticas a um determinado grupo. Essas vivências conduziram a reflexão do porquê a partir de um certo momento, quando fiz uma decisão, o tratamento com minha pessoa mudou, mas com um integrante da família não mudou. Naquele momento escutava frases que podem ser resumidas em: “você chegou até aqui porque se esforçou”, o que até certo momento também passei a acreditar.

Porém, isso muda após o ingresso na universidade, durante o contato com as teorias bourdieusiana, que serviram para reflexões críticas das experiências obtidas durante a educação básica, e a partir delas foi possível a compreensão de que estava entre os alunos que entraram para o discurso meritocrático da escola, ou seja, de que teria simplesmente aproveitado as oportunidades.

A percepção da fragilidade deste discurso diante da realidade vivida, e os questionamentos que vieram em sequência, foram o ponto de partida para a busca de um aprofundamento sobre a temática, começando por um maior conhecimento destas

desigualdades, do pensador Pierre Bourdieu e suas reflexões sobre a realidade escolar.

É de conhecimento geral que a desigualdade é um problema social, e que pode ser encontrado de diversas formas, seja econômica, racial ou de gênero, o fato é, há presença desta na maior parte dos espaços onde há relações humanas. E na escola não é diferente, a presença desse problema pode ser observada nos mais diversos momentos e lugares do processo educativo.

A escola é uma instituição criada pela sociedade para socializar os saberes de forma sistematizada e de garantir sua propagação às gerações futuras. Teoricamente, a finalidade da escola é de transmitir a educação formal, permitindo que o educando se automedique, adquirindo consciência e responsabilidade em relação a valores e essências da vida, formando-o em seus aspectos, afetivos, cognitivos e físicos, para que se tornem cidadãos. Sendo assim, cabe a escola formar alunos críticos, autônomos, reflexivos e conscientes para construir uma sociedade mais justa e tolerante.

Entretanto, quando deparamos com as reflexões de Bourdieu (2016) sobre a prática é possível perceber que há uma contradição, entre aquilo que a instituição escolar propõe e aquilo que ela exerce.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da 'escola libertadora', quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (p.45).

Levando em consideração que a escola já predispõe de um papel atribuído pela sociedade, nos leva a reflexão sobre como essa educação não auxilia nem colabora, para que todos os indivíduos possam, de fato, obter todos os direitos que a escola pretende oferecer, pois ela, não favorece a mobilidade social, nem a formação integral do sujeito para sua inserção social, a fim de que possa participar e interferir na construção de uma sociedade mais justa.

Nesse contexto, emerge alguns questionamentos: Como se dá as desigualdades no meio escolar? Que grupo social patrocina sua função e seus

saberes? Como a escola usa seu poder para contribuir para a reprodução? Como a sociologia de Bourdieu pode contribuir para essa compreensão acerca da escola?

Para ser capaz de responder a tais questionamentos esta pesquisa busca descrever e identificar as desigualdades presentes na sociedade e no ambiente escolar. Toma como referência a teoria de Bourdieu sobre o papel da escola, tendo em vista refletir a função da escola diante das desigualdades sociais, explicitando os diferentes mecanismos de reprodução.

Os dados e reflexões produzidas ao longo da pesquisa são apresentados neste texto, didaticamente dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo há uma contextualização a respeito da escola e da educação, apresentando argumentos pautados em embasamentos teóricos sobre a função social da escola e da educação. Traz ainda uma caracterização das desigualdades presente na sociedade e no ambiente escolar, através da exposição e análise de dados coletados de recentes pesquisas.

O segundo capítulo é dedicado a apresentar a biografia do sociólogo Pierre Bourdieu, suas teorias e contribuições para a compreensão do meio educativo. Nesse estágio, será realizada uma análise de sua obra *A reprodução*, produzida em parceria com Passeron, uma obra significativa para a temática desta pesquisa.

Por último, o terceiro capítulo faz uma apresentação da teoria elaborada por Bourdieu em relação aos mecanismos reprodutores, privilegiando os conceitos de violência simbólica, *habitus* e campo, capital cultural e conservação social.

I - A ESCOLA E AS DESIGUALDADES

Fazer uma abordagem quanto a educação e a escola, não é um caminho fácil, pois exige que se leve vários pontos em consideração como sua função, seus pressupostos, o tipo de sociedade no qual se encontra, e até mesmo as situações econômicas e sociais presentes. Sendo assim, este capítulo irá trazer uma contextualização acerca da função da escola, bem como apontar dados sobre as desigualdades sociais e apontar as relações destas com as desigualdades escolares.

1.1 - A função social da escola

Com o objetivo de discorrer sobre a função social da escola, convém fazer inicialmente um breve estudo sobre o que é a educação e como as suas funções se configuram de acordo com cada sociedade existente.

Como já dizia Brandão (2013), “ninguém escapa da educação”, seja em casa, na rua, na igreja, em todos os lugares que frequentamos, sempre haverá situações que envolverão formas de aprendizado, a convivência, o saber e o fazer, se darão naturalmente nas relações presentes em nossa vida (p.3).

Pensando nisso veremos que existem diversos modelos de educação, pois cada sociedade pensará em uma educação diferente de modo que ela seja capaz de atender às suas especificidades. Como diz a carta dos chefes indígenas, relatada por Brandão: “Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa” (p. 4).

Podemos afirmar, que a educação se dá pelas relações entre indivíduos, onde é passado saberes significativos, cercados por ideologias intrínsecas no imaginário

de cada família, cada povo e cada sociedade. Assim, existem diversos modelos e projetos de educação que foram construídos e constituídos a partir dos interesses que cada sociedade pensa, por exemplo, a classe social burguesa possui um modelo de educação diferente da classe proletária, pois ambas possuem um modo de vida, de pensar e de agir diferentes, assim eles exigiram um projeto distinto.

A escola é uma instituição social, criada para atender os objetivos e expectativas da sociedade. Assim, diferentes sociedades terão diferentes modelos de escola, pois cada qual educa, ajusta e habitua o sujeito de acordo com as suas demandas.

Desse modo, quando nos perguntamos sobre a função social da escola, devemos primeiramente identificar o contexto social que essa escola está inserida.

De uma forma geral, a função social da educação e da escola, está diretamente ligada aos objetivos que a sociedade instaurou como legítimos para cumprir a finalidade ao qual foi criada, ou seja, a sociedade atual coloca na escola a expectativa de formar o cidadão tanto para conviver em conjunto, quanto para ser inserido no mercado de trabalho.

No artigo 205, da Constituição de 1988 declara-se: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL).

Para complementar, afirma-se na BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, p. 14).

Podemos observar que a escola tem como função não apenas educar o indivíduo para se inserir no mercado de trabalho, mas também de formar sujeitos

históricos, políticos, e autônomos capazes de pensar e refletir acerca do ambiente em que vivem, e a conviver na sociedade.

Nessa perspectiva a escola tem como função formar sujeitos, desenvolvendo suas potencialidades físicas, cognitivas, afetivas e motoras, por meio de conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores, de forma contextualizada, para que se tornem sujeitos sociais e participativos na sociedade em que vivem.

1.2 - As desigualdades presentes na sociedade

Denomina-se de desigual, tudo aquilo ou aquele que não está situado em um contexto e condições de proporção ou equilíbrio um com o outro. De acordo com o *Dicionário Online de Português*, desigualdade é “caráter e condição do que não é igual: desigualdade de condições”. De fato, as desigualdades são um grande problema social, que está presente em todos os lugares, e que afeta a população do mundo.

A desigualdade pode ocorrer em todos os aspectos das relações humanas, no aspecto econômico referente à distribuição de renda; diferentes oportunidades para as raças na desigualdade racial; desigualdade regional e de gênero. Os indivíduos não sofrem ou participam da desigualdade por serem diferentes, destacando que desigualdade e diferença não são sinônimos. Se torna desigual com o outro, quando um é colocado em situação de privilégio, podendo ser igual ou diferente do outro. Em outras palavras, diferença é um fator natural e desigualdade é uma situação criada e perpetuada dentro de um contexto social, frisando que mesmo em indivíduos semelhantes é possível que se ocorra uma desigualdade entre estes. Tais situações não são definidas por fatores naturais e sim por relações de poder estabelecidas, nas quais uns controlam e exercem influência tendo assim vantagens sobre os outros (MARTINS, 2019).

Rousseau vê as desigualdades de duas maneiras:

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles (Rousseau, 2001, p. 38-39).

A desigualdade social pode ser caracterizada como um conceito sociológico e econômico para designar a diferença entre as classes sociais. Nesse sentido, a desigualdade social é aquela que privilegia um grupo social e limita o outro.

O maior determinante desse problema é a diferença econômica entre as classes sociais, sendo assim, quanto maior for a distância da renda adquirida por esses grupos maiores serão as desigualdades entre eles.

Seguindo essa linha, Marx traz um viés da divisão de classes como geradora de classes dominantes, que na miséria gerada por essa desigualdade perpetua seu domínio sobre a outra, para ele, a desigualdade social era um fenômeno no qual as classes dominantes se utilizavam da miséria gerada como instrumento de manter o domínio estabelecido sobre as outras. A manifestação concreta dessa desigualdade é a forma como a renda está distribuída, na qual há uma maior concentração do dinheiro e do poder em uma pequena parte da sociedade, e o restante da população, mesmo sendo ela a maior parte, divide o que resta. Contribui para a manutenção dessa desigualdade os poucos investimentos nas áreas sociais como cultura, educação, saúde, lazer e assistência social e poucas oportunidades de trabalho.

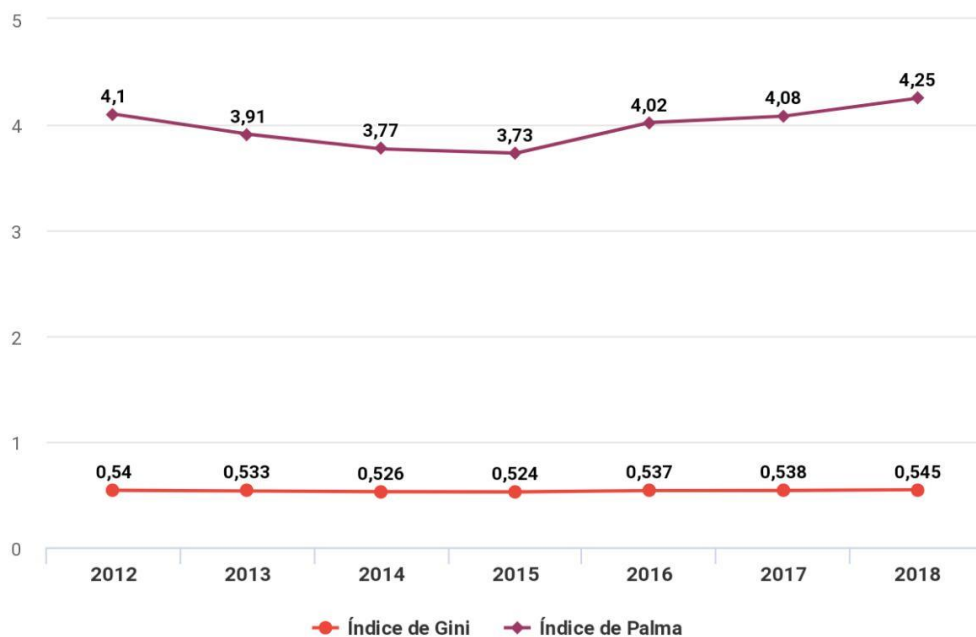
No Brasil a desigualdade social teve uma boa redução na primeira década deste século, porém o índice de desigualdade volta a aumentar na última década. Pesquisas do IBGE¹, reveladas recentemente, mostram que desde 2014 houve um aumento de 4,5 milhões de pessoas em condições de pobreza.

¹ Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/crise-levou-45-milhoes-a-mais-a-extrema-pobreza-e-fez-desigualdade-atingir-nivel-recorde-no-brasil-diz-ibge.ghtml>

Existem dois indicadores utilizados para medir o índice de desigualdade econômica, sendo eles o Índice de Gini e o Índice de Palma.

O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, que varia de zero a um, no qual representam a situação de igualdade e de desigualdade respectivamente. Já o Índice de Palma apresenta a razão do rendimento entre o décimo mais rico em comparação com os quatro décimos mais pobres do país. Esses dois indicadores aplicados na atual situação do Brasil mostram:

Indicadores de desigualdade de renda



Fonte: IBGE

Os dados deixam claros que, a partir de 2015, voltou a crescer a desigualdade no país, confirmando as informações apresentadas pelo IBGE.

Esta concentração de renda apontada pelos dados é um fenômeno mundial. A riqueza está concentrada em países, regiões e grupos econômicos em detrimento da maior parte da população. Pode-se dizer ainda que esta desigualdade econômica

contribui para alimentar outras desigualdades, tais como, de gênero, racial, religiosa, política e educacional.

1.3 - As desigualdades no ambiente escolar

Essa pesquisa objetiva pontuar as relações sociais refletidas no espaço escolar, como supracitado existe uma desigualdade social perpetuada pelas relações de poder estabelecidas e que poderão se perpetuar ou serem desfeitas no espaço escolar.

A educação é um direito inalienável do indivíduo, portanto o Estado deve assegurar que todos tenham o acesso a escolarização gratuita no qual seja possível seu desenvolvimento pleno, tornando-se um cidadão e tendo qualificação para o mercado de trabalho.

O direito à educação faz-se um direito de todos, porque a educação já não é um processo de especialização de alguns para certas funções na sociedade, mas a formação de cada um e de todos para a sua contribuição à sociedade integrada e nacional, que se está constituindo com a modificação do trabalho e do tipo de relações humanas. (TEIXEIRA *apud* SILVEIRA, 2010, p. 3).

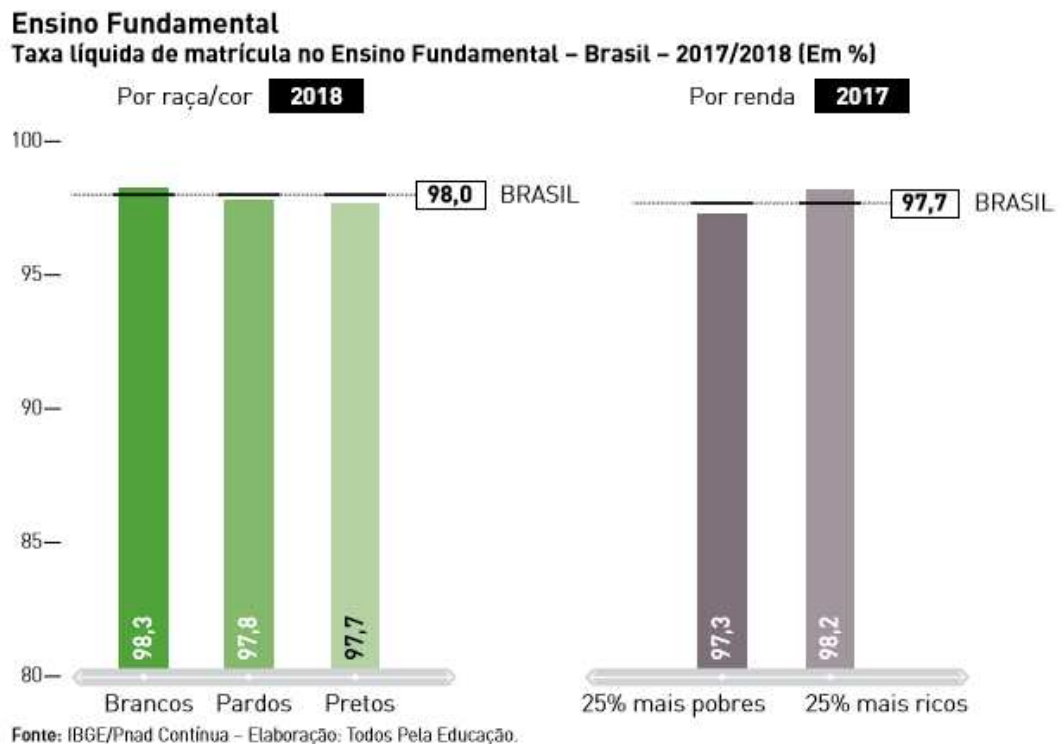
Para dialogar sobre as desigualdades presentes no âmbito escolar é importante fazer uma abordagem sobre as oportunidades de acesso e permanência, qualidade e equidade, além de verificar a influência da escola e do contexto socioeconômico e cultural.

Quando se quer colocar em pauta a qualidade da educação é preciso levar em consideração o contexto social, o tipo de educação, as diretrizes curriculares e etc. De fato, “Uma escola de qualidade é aquela cujo valor fundamental é a garantia do direito de aprendizagem” (BAQUEIRO, p.33). Para que seja garantida esse direito de aprendizagem é necessário que todos tenham a mesma oportunidade educacional, porém, isso ainda não se concretizou.

Segundo Carvalho (2004), a população mais afetada pela falta de oportunidades e que estão presentes no chamado fracasso escolar, são aquelas que possuem baixa situação econômica, do sexo feminino e de etnia negra. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2019 (PNAD), em relação a matrícula

no ensino fundamental, enquanto os negros e pardos tiveram 97,7 e 97,8 em porcentagem respectivamente, os brancos tiveram 98,3 por cento, 0,6 por cento de diferença, mostrando que a população branca teve mais acesso a escolaridade.

1



No Brasil, a desigualdade escolar é decorrência de um processo político, econômico e social, que vem privilegiando a elite, afastando e impedindo que os pobres e negros se ascendam socialmente. A ampliação do acesso escolar foi uma grande conquista, porém, o sistema de ensino não é capaz de adequar-se às demandas, impedindo assim que escola ofereça um ensino de qualidade.

O termo equidade vem sendo discutido a muito tempo, desde da época de Aristóteles, nos discursos que envolvam a justiça social. Para Baqueiro (2015), quando consideramos que o ambiente escolar público é permeado por diversidade de estudantes em relação a cor, etnia e nível socioeconômico, é importante pensar em um atendimento diferenciado para cada um deles, de acordo com que lhe é necessário, como uma forma de discriminação positiva, favorecendo aqueles que historicamente têm sido discriminados.

Quando levamos em consideração a situação de aprendizagem dos estudantes de acordo com a classe socioeconômica no qual estão inseridos, é possível perceber que existe uma grande disparidade de resultados. Para refletir sobre isso, o quadro abaixo mostra os resultados adquiridos através de uma avaliação do 5º ano do ensino fundamental em 2019.

**PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA
Por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola - 2017**

5º ano do Ensino Fundamental



Fonte: Saeb/Inep/MEC e INSE/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação

O grupo 1 significa a menor escala em relação a classe econômica mais baixa e o grupo 6, é da classe mais alta. Através dos dados acima é possível perceber que em relação a aprendizagem da língua portuguesa a diferença entre a classe mais alta e a mais baixa é de 64,1%, a diferença é ainda maior nos resultados de matemática, 65,8%, evidenciando como a situação socioeconômica das crianças trazem um grande impacto na sua escolarização.

Outro fator recorrente no sistema de ensino brasileiro é a evasão, que vem tirando a oportunidade de crianças e jovens de adquirirem o saber sistematizado produzido pela sociedade, impedindo o pleno desenvolvimento como cidadão e de ter uma ascensão econômica e social.

Segundo dados das PNAD, entre as crianças de 4 a 17 anos, em idade de escolarização, cerca de 1.487.534 estão fora da escola em 2017. A organização Todos Pela Educação, mostra que a cada 100 estudantes que ingressam na escola, 90 concluem o Ensino Fundamental I aos 12 anos, 76 concluem o Ensino Fundamental II aos 16 anos, 64 concluem o Ensino Médio aos 19 anos.

É importante lembrar que a evasão escolar é diferente de abandono escolar, enquanto o primeiro é identificado quando um aluno em um determinado ano letivo

não se matricula no ano seguinte, o segundo é indicado quando o aluno abandona a escola durante o ano letivo.

Este fenômeno educacional está atrelado às condições econômicas, políticas, técnicas e socioculturais, principalmente no que diz respeito à falta de valorização da educação e baixas condições de vida de milhares de pessoas que não possuem condições favoráveis de continuação e término dos estudos (FERNANDES, *apud* OLIVEIRA; ALMEIDA, 2015, p.7).

As crianças que estão fora da escola ou que correm o risco de entrar nesse número, são as de grupos sociais mais vulneráveis, população negra, indígena, deficientes, habitantes das zonas rurais e de baixa renda, ou seja, aqueles que já são excluídos historicamente. E isso é causado devido a distância dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula da realidade dos alunos, pobreza, trabalho infantil, gravidez na adolescência e exposição à violência, entre outros.

Nesse sentido, após o discutido nesse texto, podemos afirmar que as desigualdades encontradas no âmbito escolar, é algo que ainda está muito presente na educação brasileira. De fato, esta realidade representa muitas dificuldades para os mais afetados, aqueles cujas oportunidades vêm sendo tiradas de si muito antes de ter o devido acesso. É responsabilidade de todos buscarem formas de reverter esse problema para evitar que haja mais vítimas.

II - PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Pierre Bourdieu é um autor de muitas contribuições para o campo da sociologia da educação, seus trabalhos apresentam teorias acerca da escola conservadora, e mesmo após anos de suas publicações, suas obras continuam necessárias para compreender o sistema de ensino. Esse capítulo discorre brevemente sobre a vida do autor e apresenta seus trabalhos mais significativos para o âmbito educacional. Para tanto, toma como principal referência o artigo de Adriane Luísa Rodolpho *Pierre Bourdieu: notas biográficas*.

2.1 – Pierre Bourdieu: vida e obra

Filho de um funcionário dos Correios, Pierre Bourdieu nasceu no dia 1 de agosto de 1930 no sudoeste da França, em Denguin. O Ensino Fundamental ele frequentou com os filhos de camponeses e pequenos operários, já o Ensino Médio foi cursado em uma cidade próxima de onde vivia. Nessa instituição escolar, o sociólogo teve grande destaque em seus estudos e ganhou muitas atenções pela sua habilidade no esporte.

Ingressou na Escola Normal Superior em 1951, onde teve contato com os colegas que faziam parte da classe privilegiada da sociedade e com a cultura considerada erudita, burguesa. A cerca disso, Jean-François Dortier, citado por Adriane Luísa Rodolpho relata:

Lá, o jovem provinciano, acanhado e desajeitado, encontra-se imerso em um mundo que não é o seu. Um mundo de jovens burgueses brilhantes, bem falantes, cultivados, à vontade tanto no manejo do verbo quanto da pluma. O jovem Bourdieu, ele, ainda que tenha conseguido subir todos os degraus da hierarquia escolar, não se sente, entretanto, à vontade nem na escrita nem na oratória. E ele não o será jamais. Mesmo que sua obra seja imponente, ele não terá a pluma fácil e alerta; ainda que ele tenha feito centenas de conferências, ele não será um orador. Como Flaubert, a quem ele consagra *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário* (Seuil, 1992) a expressão de seu pensamento deve passar pelo esforço permanente de autocontrole, de luta contra si mesmo. Todo o contrário da facilidade aparente

desses estudantes oriundos da burguesia cultivada que ele encontra na rua de Ulm (RODOLPHO, 2007, p. 7).

Após se formar em filosofia no ano de 1955, viajou para Argélia, onde passou a trabalhar como pesquisador e professor. Logo em 1958, Bourdieu publicou o *Sociologie de l'Algerie* (Sociologia da Argélia), durante essa época voltou seus trabalhos com temas relacionados à tradição Cabila, povo berbere que habita a região montanhosa da Cabília, na Argélia.

No ano de 1961, o autor retorna para seu país de origem, França, e já em 1964, se ingressa na Escola Prática de Altos Estudos (EPHE). Nesse mesmo ano o sociólogo lança, em parceria a Passeron o *Les Héritiers* (Os herdeiros), após esse lançamento, produziu diversos trabalhos em colaboração com outros autores como, Boltanski, Castel, Chamboredon.

Simultaneamente a essas produções acadêmicas, Bourdieu desenvolveu um trabalho junto a Raymond Aron, do qual divide a direção do Centro Europeu de Sociologia Histórica. Mais tarde, após o fim da parceria entre eles, em 1968 funda um laboratório denominado Centro de Sociologia Europeia.

Em 1970, ingressa na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), no mesmo ano publica, *La Reproduction* (A reprodução) em parceria a Passeron, já em 1972, o autor escreve, *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Alguns anos depois, em 1975, o sociólogo cria sua própria revista, *Actes de la recherche en sciences sociales*.

Em 1978, dirige a coleção *Le Sens Commun* através da editora Minit, publicando assim autores como: Panofsky, Hoggart, Goffman e Cicourel. Bourdieu se consagra em 1979, com a publicação da obra *La Distinction* (A distinção), e logo se incorpora no *Collège de France*, como titular de sociologia.

Durante a década de 1980, o sociólogo vem a publicar oito livros, no qual a grande maioria dessas obras se tornaram “clássicos” da sociologia, nominados *Le sens pratique* (O Senso Prático), 1980; *Questions de sociologie*, 1981; *Leçon sur la leçon* (Lições da aula) e *Ce que parler veut dire* (O Que Falar Quer Dizer: a economia das trocas simbólicas) em 1982; *Homo Academicus*, 1982; *Choses dites* (Coisas Ditas)

em 1987, *L'ontologie politique de Martin Heidegger*, (*Ontologia Política de Martin Heidegger*) em 1988; e *La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps*, em 1989.

Após ter consolidado sua carreira na França, com suas publicações individuais durante a década de 80, Bourdieu parte em busca do “mercado intelectual internacional, mais especificamente o mercado norte-americano”.

Bourdieu, em 1993, organiza e publica a obra *La misère du monde* (A Miséria do Mundo), durante um período de crise social, contando com uma equipe de 23 sociólogos, “apresenta uma narrativa com depoimentos dos desprovidos sociais”. O livro se tornou um sucesso entre os não acadêmicos (Rodolpho, 2017 p.9).

O autor publica, na década de 1990, obras como: *Les règles de l'art; Réponses Pour une anthropologie réflexive; La domination masculine* (A dominação masculina) e entre outros. Entre o ano de 2000 e 2002, aparecem outros escritos como, *Propos sur le champ politique; Science de la science et réflexivité; Le bal des célibataires*; dentre outros.

No dia 23 de fevereiro de 2002, em Paris, morre o sociólogo Pierre Bourdieu, deixando incontáveis obras realizadas tanto de forma individual como coletiva, fazendo críticas e apresentando mecanismos da sociedade, trabalhos esses que ainda hoje necessários para compreender o funcionamento oculto e aparente da sociedade.

2.2 - Obras e contribuições para a educação

Pierre Bourdieu foi um sociólogo crítico dos mecanismos reprodutores da desigualdade na sociedade. Seus estudos foram direcionados a desvendar esses mecanismos e dar uma resposta aos problemas sociais existentes no mundo.

Durante o século XX, existia uma concepção, do senso comum, da escola pública como um símbolo de mobilidade social, pois garantia a todos oportunidade de competir de forma justa e igual. Essa compreensão de que a instituição teria um papel neutro teria uma mudança nos anos 60. Após a divulgação de uma pesquisa cujos dados apontavam que a origem dos alunos tem mais impacto no destino escolar que

os dons individuais. E devido a esses dados a confiança que se tinha no poder transformador da escola torna-se abalado (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.16)

Perante essa situação, Bourdieu, formula uma teoria para explicar os problemas encontrados na educação presente nas escolas, que as interpretações anteriores não eram capazes de esclarecerem. Segundo Nogueira e Nogueira

Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002. p. 17).

Bourdieu elaborou novas teorias acerca do sistema de ensino bem como seu papel na produção de uma sociedade cada vez mais injusta e desigual. Através desses estudos, o sociólogo, não apenas renovou ideias já produzidas anteriormente por sociólogos e filósofos, do qual possui sua base teórica em autores como Weber e Marx.

Dentre suas obras direcionadas à educação podemos citar duas pelo qual apresenta suas ideias mais importantes são *Os Herdeiros - Os Estudantes e a Cultura* (1964); *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1970). No tocante a educação, convém destacar ainda a obra *Escritos de Educação* (1999), organizada por Nogueira e Catani, que traz uma coletânea de escritos por Bourdieu, entre eles o texto *A escola conservadora*.

Em *Os Herdeiros*, Bourdieu e Passeron, discutem sobre a escola e a democratização da cultura, apontando sobre a influência da bagagem cultural do indivíduo na aprendizagem dos conhecimentos propostos pela escola. Nessa obra os autores afirmam que determinados indivíduos, advindos de determinadas classes sociais têm mais facilidade com os estudos pois já estão melhores preparados para a educação escolar. Ao contrário dos sujeitos que estão do lado oposto a esses grupos, que não possui muitas expectativas em relação a escola, pois as pessoas ao seu redor, a família, também não possui, afirmam também, que o sucesso ou o fracasso escolar depende, mais dos fatores culturais do que dos fatores econômicos propriamente ditos.

Escritos de Educação, é obra organizada por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, onde disponibilizam em língua portuguesa os escritos mais importantes acerca da educação. Os artigos que compõe a produção foram retirados da revista criada por Bourdieu, *Actes de la recherche en sciences sociales*. No total há 11 artigos sendo eles:

- I. *Método científico e hierarquia social dos objetos*: mostra a existência de uma hierarquia simbólica entre os objetos, no qual são vistos como legítimo ou ilegítimo por determinado campo.
- II. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*: trata sobre os conceitos capital cultura, escolha de destino e a conservação social.
- III. *O capital social - notas provisórias*: definição e conceito do capital social.
- IV. *Os três estados do capital cultural*: conceitualização da teoria sobre o capital cultural em seus três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado
- V. *Futuro de classe e causalidade do provável*: conceitualização da teoria do *habitus*.
- VI. *O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução*: descreve as relações entre o sistema de ensino e o sistema produtivo
- VII. *Classificação, desclassificação, reclassificação*: analisa as estratégias dos grupos sociais perante ao investimento educativo
- VIII. *As categorias do juízo professoral*: apresentam o sistema de classificação das instituições escolares.
- IX. *Os excluídos do interior*: aborda as desigualdades presente na forma de segregação realizadas pela instituição com base no “itinerário escolar”.
- X. *As contradições da herança*: faz uma análise do papel do juízo escolar no processo de transmissão da herança familiar.
- XI. *Medalha de ouro do CNRS*: esclarece a lógica do campo científico e o papel do sociólogo frente a esse espaço.

Por último, *A reprodução*, foi a obra que teve maior contribuição na elaboração desse trabalho e por isso será apresentado a seguir.

O autor produziu diversas obras que podem ser utilizadas para compreender melhor sobre a escola e sua relação com a sociedade. Essas obras apresentam teorias sobre o sistema de ensino, afirmando e demonstrando o papel exercido pela escola na reprodução das desigualdades existentes, contribuindo também para transformar essas desigualdades iniciais em desigualdades de destino, ou seja, legitimando e contribuindo para uma sociedade cada vez mais injusta.

2.3 - Apresentação do livro: *A reprodução*

Lançado na França em 1970, o livro *A reprodução* de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, tornou-se um clássico que colocou em pauta as discussões relacionadas às instituições escolares e o seu sistema de ensino, bem como, a função e o papel na sociedade e dos sujeitos que a compõem.

Esses autores juntos escreveram três livros de destaque, sendo eles *Les héritiers, les étudiants et la culture* (Os herdeiros, os estudantes e a cultura) (1964); *Le métier de sociologue: préables épistémologiques* (A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas) (1967); *La reproduction - Eléments pour une théorie du système d'enseignement* (A reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino) (1970).

Na obra, *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, os autores analisaram o sistema de ensino francês na década de 1960, apresentando e descrevendo os mecanismos utilizados pela escola para sua legitimação social. O livro consiste em duas partes, sendo eles “Fundamentos de uma teoria da violência simbólica” e “A manutenção da ordem”.

A primeira parte, “Fundamentos de uma teoria da violência simbólica”, é composta por argumentos teóricos, que buscam refletir sobre a produção, o surgimento e a legitimação da violência simbólica, que ocorrem na instituição por ela mesma, de forma articulada. São apresentadas as mais importantes relações lógicas sobre o tema, trazendo inclusive um esquema inicial para a compreensão do leitor.

O texto traz os conceitos de violência simbólica, *habitus*, campo e capital, de forma articulada entre os enunciados. De acordo com o esquema, o livro 1, apresenta

numeração dos enunciados, como escólio, durante toda primeira parte para explicitação, intitulados:

1. **Do duplo arbitrário da ação pedagógica:** mostra a violência simbólica como imposição de um arbitrário cultural presente na ação pedagógica da escola. Expõe que toda essa ação é composta por uma imposição de uma cultura colocada e utilizada pela classe dominante, contribuindo assim para reproduzir essa cultura de forma forçosa.
2. **Da autoridade pedagógica:** apresenta como a autoridade pedagógica pode usar seu poder para praticar a violência simbólica. Usado através da comunicação, vale lembrar que a ação pedagógica não pode ser dissociada da autoridade pedagógica, porém essa relação de comunicação é muito complexa, pois pode transformar uma informação em uma formação.
3. **Do trabalho pedagógico:** A violência simbólica utiliza o trabalho pedagógico para realizar a inculcação, ou seja, para impor um trabalho que dure o suficiente para que se torne uma formação durável, um *habitus*. Assim o trabalho pedagógico da escola, oferece um tempo apropriado, para que o *habitus* seja durável e transponível.
4. **Do sistema de ensino:** Essa é a instituição responsável por reproduzir um *habitus* homogêneo e durável para a maior quantidade possível de indivíduos, pra que haja a legitimação em grande escala. O arbitrário cultural que ela reproduz, não é produzida por ela e sim pelos agentes que detém maior poder nas relações de força, a classe dominante.

É possível ver que a primeira parte do livro, apesar de ser dividida em enunciados, para uma explicitação detalhada, os itens se interligam entre si, sendo possível perceber que toda a estrutura escolar, desde o sistema de ensino até a ação pedagógica, contribui para que a violência simbólica cumpra um papel na educação.

Na segunda parte do livro, intitulado “A manutenção da ordem”, apresenta os conceitos expostos outrora, na primeira parte, aplicados no sistema de ensino francês, com dados empíricos e históricos que evidenciam esses conceitos. Sendo assim, os capítulos estão denominados:

- **Capítulo 1. Capital cultural e comunicação pedagógica:** os autores discorrem sobre a comunicação presente na relação pedagógica, no sentido de que a produtividade do trabalho pedagógico é papel importante na distância que separa o *habitus* que ele pretende impor, do *habitus* que já está internalizado pelo indivíduo. Para isso o capítulo foi dividido em dois momentos, no primeiro intitulado *Desigualdade ante a seleção e desigualdade de seleção*, onde é relatado como se dá a compreensão da língua e qual será seu impacto durante o momento escolar; o segundo nomeado *Da lógica do sistema à lógica de suas transformações*, é discorrido sobre a lógica das relações entre a escola e as classes, e as transformações que ocorrem através da comunicação.
- **Capítulo 2. Tradição erudita e conservação social:** reflete sobre a relação pedagógica. O capítulo está dividido em subcapítulos identificados como: *Autoridade pedagógica e autoridade da linguagem*, é dissertado sobre como a instituição escolar transfere uma “autoridade estatutária” ao professor e como isso ajuda na transmissão de uma mensagem; *Linguagem e a relação com a linguagem*, relata as várias linguagens presentes nas duas extremidades das classes sociais, sendo elas julgadas como a forma “burguesa” de se falar e a maneira “vulgar”; *Conservação e conservação*, é escrito sobre a conservação que a escola ajuda a conservar socialmente.
- **Capítulo 3. Eliminação e seleção:** reflete o peso dos exames nas escolas, porém procurando se afastar das explicações da “sociologia espontânea” e da ideia da neutralidade e independência das instituições escolares das classes sociais. É dividido em três partes, sendo: *O exame na estrutura e na história do sistema de ensino*, sobre como se deu as avaliações durante os anos escolares e como ela foi vista e tratada; *Exame e eliminação sem exame*, onde busca compreender como se dá a exclusão dos sujeitos antes mesmo deles se incluírem nos estudos; *Seleção técnica e seleção social*, dissertam sobre as funções técnica e social que a escola apresenta.
- **Capítulo 4. A dependência pela independência:** os autores se propõem a analisar a comunicação da mensagem presente no sistema escolar, bem como a dependência relativa que ela apresenta frente às pressões externas. É composta por três partes, sendo elas: *As funções particulares do “interesse geral”*, no qual explicam que a “produtividade” do sistema escolar é voltada

para a “racionalidade formal e externa”; *A indiferenciação das funções e a indiferença às diferenças*, afirmam de forma contextualizada, que a escola contribui para reproduzir o sistema de relações de classe, inclusive sua desigual relação; *A função ideológica do sistema de ensino*, informam que a escola possui uma “autonomia relativa” e uma “dependência relativa”. Destacam a relação entre a função social do sistema de ensino e a representação sobre a escola e a estrutura da classe dominante.

Apesar da obra estar divididas em duas partes sendo elas teórica e prática, assim como o próprio autor cita, não se pode dissociá-las, pois só é possível elaborar uma estrutura teórica, se houver um estudo do campo empírico, experiência sensorial, já o campo empírico só poderá ser compreendido e interpretado, se os seus instrumentos e dispositivos de funcionamento forem descobertos e aclarados com a aplicação de propostas teóricas.

Sendo assim, a obra escrita por Bourdieu e Passeron, apresenta mecanismos reprodutores que a escola utiliza de forma oculta, nas suas práticas pedagógicas para reproduzir e conservar a relação de classes presentes nas sociedades. Tomam como objeto de análise para a aplicação dessas teorias o sistema de ensino francês. Apesar de ter sido realizado ainda no século passado, trata-se de assunto ainda muito atual e que merece maior atenção dos envolvidos na relação entre escola, classes sociais e práticas educativas.

III - MECANISMOS DE REPRODUÇÃO

Na obra *A reprodução* Bourdieu apresenta os mecanismos de reprodução utilizados pela escola que contribuem para reproduzir as diferenças sociais. Por uma questão didática, apresenta-se a seguir de forma separada, alguns dos conceitos que são os fundamentos desta teoria: Violência simbólica, campo e *habitus*, capital e conservação social. Conceituados em obras diferentes, esses mecanismos apareceram em conjunto em sua teoria sobre o sistema de ensino, apontando críticas em relação à escola ao desvendá-la como um instrumento de reprodução e legitimação das desigualdades.

3.1 - Violência simbólica

A violência simbólica é um conceito criado pelo sociólogo Pierre Bourdieu para designar uma violência que não é física, mas que trazem danos morais e psicológicos para o indivíduo do qual recebe a ação e pode ser encontrado em todo o lugar da sociedade.

Na educação, o sociólogo, explica essa prática como sendo uma imposição realizada pela classe social dominante, sobre a definição do que é considerado útil de ser repassado pela escola e para as outras camadas da sociedade, tomando assim, o reconhecimento de sua cultura como legítima. Bourdieu define essa prática como “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU *apud* SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 6).

Em *A reprodução* Bourdieu e Passeron relatam que essa violência simbólica está presente na ação pedagógica da escola, pois é imposta, de forma autoritária, um arbitrário cultural. O arbitrário cultural, pode ser definido como uma concepção cultural dos grupos e classes dominantes, que são colocadas para toda a sociedade no sistema de ensino através de ações pedagógicas. Isto é, quando um grupo seleciona

e define significados que não podem ser deduzidos por nenhum princípio universal físico, espiritual ou biológico, mas que ganham na ação pedagógica legitimidade.

Em uma formação social, a ação pedagógica posta como dominante, pelas classes constitutivas, é aquela que tanto pela sua imposição, como sua delimitação, quem impõe e para quem impõe, é em sua grande maioria equivalente aos interesses, simbólicos e pedagógicos das classes dominantes. Em outras palavras, há uma escolha criteriosa realizada por um grupo que inculcam significações convencionadas, seleção e exclusão do que lhe é convergente ou não, por isso chamado de arbitrário cultural.

Não é possível reduzir, no entanto, o poder simbólico como a imposição realizada a força, é preciso haver uma relação de comunicação entre os envolvidos, para que ele possa ser propriamente dito simbólico. Bourdieu utiliza o termo autoridade pedagógica para designar essa comunicação, necessária para sua execução, onde as instituições utilizam-se dessa autoridade pedagógica, para impor o arbitrário cultural designado por outras instâncias, ela se constitui assim, como um poderoso instrumento para sua inculcação.

Seguindo nesse sentido, a ação pedagógica enquanto violência simbólica, não produz esse efeito de forma autônoma, é preciso condições sociais da imposição ou inculcação, realizadas nesse caso, pelas classes dominantes e sua cultura. Essa ação irá contribuir para que as relações, entre essas forças dominantes, reproduzam seu arbitrário cultural nas ações pedagógicas e conseqüentemente favorecerá a reprodução do seu poder de imposição arbitrária aos outros indivíduos envolvidos nesse processo.

A ação pedagógica, portanto, é uma violência simbólica porque impõe, por um poder arbitrário, um determinado arbitrário cultural. Esta opressão ocorre através do poder simbólico, onde o dominado não se opõe à situação imposta, fazendo exatamente o contrário, ela não se percebe como vítima dessa ação predeterminada, e acredita na situação como natural e necessária para seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional. Por isso, ele define o poder simbólico como “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Quando relacionamos esse mecanismo ao sistema escolar fica evidente que o corpo docente da escola se utiliza de sua autoridade pedagógica para impor aos alunos, uma educação que é considerada a “melhor”, ou seja, a cultura que se sobressai nas relações de forças, da classe dominante. A instituição trata os alunos presentes como iguais, ignorando suas diferenças econômicas, sociais e culturais, ou seja, os alunos cuja a cultura está mais próxima daquela que a escola valoriza, terá mais facilidade, mais vantagem sobre os outros, que possuem a cultura mais longe daquela utilizada.

A escola assim irá exigir dos alunos, a absorção dos conteúdos que serão passados, não abrindo espaço e nem permitindo que os alunos reflitam ou pensem a respeito do assunto, tratando assim a educação como um instrumento mecânico e automático.

Isso, porém, passa despercebido pelo sujeito que está sofrendo essa ação, pois como o indivíduo frequenta a escola desde muito pequeno, ele se acostuma com esse tratamento, e acaba naturalizando isso como algo normal, já que a escola tem intrínseca em si essa autoridade do conhecimento.

3.2 - O campo e o *habitus*

O *habitus* e o campo são conceitos desenvolvidos por Bourdieu para auxiliar na compreensão das questões sobre a reprodução educacional encontrada no sistema escolar. Caracterizada como uma forma de existência social, a prática é dada pela relação dialética entre os dois conceitos, *habitus* e campo, que se constituem como uma “unidade sociológica”, não sendo possível, dessa forma, haver separação entre elas, nas pesquisas sobre as questões sociais no universo escolar. Os conceitos outrora citados, serão separados nesse estudo, com a finalidade de exposição e conceituação dos mesmos, levando em consideração suas propriedades.

O conceito de campo surgiu pela primeira vez nos estudos de Pierre Bourdieu como uma “estenografia conceitual”, no qual não era possível fazer uma interpretação interna e nem uma explicação externa. Porém, logo sua definição foi dada no livro *O poder simbólico* (1989) como um espaço estruturado de posições, onde suas propriedades dependem da posição dentro desse espaço, e que pode ser objeto de

análise, independente das características dos seus ocupantes. E pode ser caracterizado como um espaço hierárquico, e de relações que fazem com que haja uma competição entre indivíduos e instituição pelo mesmo objeto ou propriedade. Segundo Bourdieu, “O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de diferentes níveis e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionadamente, por meio do jogo das oposições e das distinções”.

[...] a existência de um campo especializado e relativamente autônomo é correlativa à existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos: através dos investimentos indissolúvelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho etc. [...] Todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse, que é condição de seu funcionamento (BOURDIEU *apud* SETTON, p.5)

Sendo assim, um campo é constituído de acordo com interesses específicos, pois um campo e seus interesses não poderão ser supridos por outro. Sendo regido por regras, as propriedades em sua posse são dadas com maior quantidade e qualidade, com a finalidade de manter e preservar o seu campo, os agentes integrados devem ser capazes de entender e aceitar, independente do quão desigual possa parecer.

Nesse sentido, pode se dizer que o campo é um local onde ocorre qualquer tipo de relação humana, como conversas, interação, discussão entre os indivíduos, porém também é um lugar que envolve lutas e forças entre os sujeitos ali presentes, pois seus agentes lutam com o objetivo de adquirir mais poder sobre o outro, e assim definir seus interesses particulares como sendo interesses gerais, do qual todos devem seguir e adotar.

Quanto ao termo *habitus* este foi apresentado muito antes de Bourdieu incorporá-lo em seus estudos. A palavra de origem latina, e cujo significado é hábito, foi usada pelos escolásticos, e traduz a ideia grega de *hexis*, muito utilizada por Aristóteles para nomear as propriedades adquiridas pela corpo e alma durante o processo de aprendizagem. A teoria desenvolvida por Bourdieu sobre essa terminologia faz referência à tradução literal da palavra. O autor desenvolve uma reflexão acerca dos comportamentos dos indivíduos na sociedade, sendo um marcador classificatório que se difere em significância nos variados grupos de

peças. A construção do *habitus* se dá pela interdependência de diferentes instâncias sociais que geram valores culturais e referências identitárias, como família e escola. As relações sociais que constituem o *habitus* estão em constante mudança de variadas composições, podendo ser de rupturas ou de continuidade (SETTON, 2002, p.1).

Bourdieu considera *habitus* como um sistema que relaciona os modos de verificar, sentir, fazer e pensar, que levam o indivíduo a agir de uma forma ou outra diante da circunstância dada. O *habitus* se associa a hábito/ costume/ praxe/ tradição, mas se diferencia por ser o mediador da estrutura e da ação, sendo disposições que se transferem entre os indivíduos que se adquire a partir das interações sociais e ao mesmo tempo classifica e organiza a ocorrência destas.

As disposições, ou seja, a ordem das relações que compõe o *habitus* não ocorrem de forma mecânica, marcadas por uma resposta ao meio nem determinísticas, fixas a cada grupo, elas estão em constante renovação, se refazendo ou complementando de acordo com os estímulos das instâncias sociais, que podem ser fracas ou fortes, algo condicionável. Tais disposições são adquiridas a partir da interiorização da estrutura social que se é inserido, e variam de acordo com as vivências individuais e coletivas, ocorrendo de forma a parecer naturais ao ser um ato coletivo que acaba por ocorrer inconscientemente na rotina humana.

Como dito anteriormente o *habitus* não pode ser simplificado apenas como uma resposta mecânica ou instintiva às circunstâncias, mas sim a partir da forma de perceber e julgar o mundo que se denota na forma de agir dos indivíduos.

Thiry-Cherques (2006) cita que em *Meditações Pascalianas*, Bourdieu traz três terminologias que compõem o *habitus*: o *ethos*, que são regras práticas que regem a moral cotidiana, o *hégis* que são os princípios interiorizados pelo corpo (posturas, expressões e afins) e o *eidos* que é uma concepção intelectual da realidade.

Complementando o conceito *habitus* compõe um sistema de percepção, reflexão e ação do corpo e da mente; todo indivíduo faz parte dessas séries de disposições consciente ou inconscientemente a fim de que possa sobreviver socialmente, em ações que lhe impõem prazer, mas também limitações que põe os indivíduos na reflexão sobre dualidade de estarem livre ou determinados. Para Bourdieu os agentes, como ele nomeia os indivíduos, não estão nem em um ou em outro extremo, mas estão condicionados por essas disposições que os permite

liberdade de ações e reflexões dentro do espectro das experiências e estímulos recebidos.

Mesmo que variável no espaço-tempo o *habitus* gera previsões com tempo limitado das práticas a partir das construções de mundo e inserção da história nos agentes, gerando antecipações futuras dos indivíduos a partir das experiências presentes do que querem ou não fazer.

Araújo e Oliveira (2014) trabalham uma conceituação do termo *habitus* o considerando como ferramenta para interpretar a realidade, eliminando as fronteiras entre o indivíduo e a sociedade, procurando catalogar uma série de repetições no comportamento humano a fim de prevê-los e influenciá-los. Dessa forma, ao estabelecer uma coerência entre as ações individuais e expectativas do grupo, o *habitus* leva os indivíduos a optarem por ações mais comuns do seu grupo, gerando uma limitação do pensamento e ação humana, a partir de uma visão unilateral das experiências, considerando que a partir de influências sociais com maior intensidade o *habitus* do indivíduo pode vir a mudar sua configuração.

A partir dessas reflexões é possível sintetizar as características do *habitus* como transferível, compartilhando e gerando coerência entre ações e pensamentos. Não é estático, pois pode ter disposições destruídas, contrariadas e renovadas diante da exposição a novas forças externas e uma inércia incorporada a partir de uma continuidade de ações que ao mesmo tempo podem ser renovadas, sendo fruto de construções dadas nos âmbitos individual e coletivo.

Busetto (2004) traz que a relação entre *habitus* e campo é de uma relação de condicionamento, onde o campo estrutura o *habitus*. O campo irá exercer uma ação em seus agentes, que como consequência irá determinar as formas de perceber, agir e avaliar o mundo, características e qualidades que serão necessárias para sua inserção no campo, sendo assim “o *habitus* contribui para constituir o campo como mundo significativo, dotado de sentido e de valor” (p.507).

Nesse sentido, o *habitus* pode ser descrito como uma estrutura interiorizada pelo sujeito que determinará, de forma inconsciente, sua leitura de mundo. Já o campo podemos defini-lo como um lugar, no qual já possui normas e regras pré-dispostas, que guia a ação do sujeito, onde o indivíduo que está nesse campo terá que guiar suas ações de acordo com essas regras. O campo também é um espaço social onde há relações de poderes, que são definidas de acordo com o capital mais valorizado,

onde aquele que detém o maior capital terá mais poder, espaço esse que terá a estrutura de dominantes e dominados.

Sendo assim, é possível relacioná-los no sentido que o campo enquanto lugar que possui normas e regras, irá valorizar determinadas atitudes, formas de pensar e agir, ou seja, o *habitus*. O campo privilegia, determinado *habitus*, de acordo com seus objetivos e finalidades.

Nessa perspectiva, a escola atua como um campo social, onde há sujeitos que se encontram em uma relação de poder, entre o corpo docente (professores) e o corpo discente (alunos), entre aquele que detém maior força ou autoridade e aquele que possui a menor força, respectivamente. Nesse campo há princípios e regras que devem ser seguidos pelos envolvidos, e aqueles que querem estar nesse espaço precisam seguir essas normas. Como qualquer campo, a instituição escolar irá valorizar determinadas atitudes, comportamento, formas de pensar e agir, ou seja, um *habitus*, aqueles que não apresentam essas características terá que se adaptar a esse ambiente, isto é, interiorizar a cultura desejada pela escola.

3.3 - O capital cultural

Apresentado inicialmente no livro *Les héritiers* (Os herdeiros) escrito por Passeron e Bourdieu em 1964, o Capital Cultural é um dos conceitos mais importantes para compreender a luta de classes que ainda está presente nos dias de hoje.

Definido por Bourdieu como um espaço onde há a relação social em conjunto e dentro do campo onde está inserido, local esse que produz e se reproduz. Em outras palavras convém dizer que é o conteúdo de poder, seja ele individual ou coletivo, que os permitem se movimentar pelo campo e disputar por um espaço.

Bourdieu faz a distinção de alguns tipos de capital sendo eles: cultural, econômico, social, artístico, político, religioso e científico. Que podem ser utilizados e valorizados de acordo com o a situação, momento e lugar. Podemos citar como exemplo a nossa sociedade, que contendo características capitalista, capital econômico tende a ser mais valorizado.

Porém com o objetivo de estudar o capital presente e valorizado pelas instituições escolares, convém conceitualizar aquele que possui maior importância, o capital cultural.

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar” [...]. Este ponto de partida implica uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das “aptidões” naturais quanto às teorias do “capital humano” (BOURDIEU, 2016 p.81)

Segundo o sociólogo cada família transmite, de forma tanto indireta quanto direta, um determinado *ethos* e capital aos seus filhos, que irá apresentar um sistema de valores implícitos os quais serão interiorizados por esses indivíduos. E são esses valores, que serão utilizados para definir as atitudes do sujeito, frente às diversas situações da vida.

Em seu artigo, *Os três estados do capital cultural*, Bourdieu afirma que esse capital, passado da família para seus descendentes, podem ser encontrados em três estados, sendo eles, no estado incorporado, objetivado e institucionalizado.

No estado incorporado, o capital cultural está “ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação”, se dá através das disposições duráveis do organismo. Estão presentes nesse estado, os gostos, o domínio da língua, informações em relação a educação, entre outros, processo esse que se dá, através da inculcação e assimilação por parte dos indivíduos pela família. Seu processamento irá exigir tempo, para que seja internalizada e se tornar um *habitus*, ou seja, para que se torne parte integrante do indivíduo que está recebendo a ação.

O estado incorporado do capital acaba por ser a parte mais importante sobre a definição do destino escolar, pois a cultura praticada, os conhecimentos adquiridos, a linguagem da herança familiar, que definem aquilo que será apropriado, as referências utilizadas e domínio desses aspectos, serão fundamentais para a aprendizagem dos conteúdos escolares e seu entendimento e concepção de educação, ou seja, irá impactar no caminho que interliga a escola e a família.

No estado objetivado, o capital vai surgir em forma de bens e propriedades culturais, sendo eles materiais como: livros, pinturas, esculturas etc., que podem ser transmitidos em sua forma material. De certa forma, está ligado também ao capital econômico que a família dispõe, pois, a compra desse material depende das finanças e investimento que essas famílias irão fazer e trazer à sua prole. Porém, fazer o uso desses materiais irá depender da sua incorporação, sendo necessário assim sua disposição do estado incorporado.

O capital em seu estado objetivado, será uma grande “arma” que seus detentores poderão fazer uso nas lutas sobre produção cultural, de acordo com sua qualidade e quantidade dos materiais em seus domínios, serão capazes de definir maior ou menos benefícios nesse campo.

Por fim, o capital em seu estado institucionalizado se dá através de títulos escolares, o diploma. O investimento que uma determinada família irá fazer em relação a carreira escolar, está muito ligada ao provável retorno que será possível obter com esse título, no mercado de trabalho. O retorno pode ser considerado baixo ou alto, pois seguindo a lógica do mercado, quanto mais acesso um diploma pode ter, maior será sua desvalorização, assim como, quanto menos acesso um diploma possui maior será sua valorização. Bourdieu define essa ação como sendo “inflação de títulos”.

Na escola, o capital cultural irá estabelecer as diferenças iniciais entre os alunos, e como resultado os índices de êxito e fracasso que irão definir e percorrer por toda a sua trajetória no meio educacional.

Bourdieu e Passeron (2016) discorrem que o processo escolar sobre a eliminação ocorre de forma diferente para determinadas classes sociais, pois esse processo, de eliminação, será resultado das ações das posições das diferentes classes sociais, em relação ao sistema escolar sobre o saber, capital cultural e o *ethos* de classe. Afirmam: “É o sistema dos fatores enquanto tal que exerce, sobre as condutas, as atitudes e, portanto, sobre o êxito e a eliminação, ação indivisível de uma causalidade estrutural [...]” (p.115)

Nesse sentido, é preciso levar em consideração as características sociais das diferentes classes, para que seja possível ter a compreensão das diferentes

probabilidades que elas possuem sobre os diversos destinos escolares que eles podem vir a ter.

Um ponto a destacar sobre o capital cultural, segundo o sociólogo, é o problema encontrado nas situações pedagógicas na escola de tratar uma relação pedagógica como uma simples relação de comunicação, pois a adequação dos níveis de emissão e recepção são socialmente condicionados. A recepção dessa mensagem pedagógica não terá sentido quando ocorre uma distância entre a cultura pregada pela escola e as disposições sobre reconhecer e adquirir. Nesse caso, a escola funciona como instituição reprodutora de uma cultura dominante considerada a legítima.

Assim sendo, o sistema escolar é concebido apenas como um sistema de comunicação, ou seja, a partir do momento que trata as relações entre o sistema escolar e as classes sociais como uma simples relação de comunicação, ela acaba por se tornar um dos aspectos mais oculto dessas relações, a maneira pelo qual um sistema escolar realiza sua função social de conservação e sua legitimação ideológica.

3.4 - A conservação social

Bourdieu (2016) relata a dificuldade em tratar sobre a continuação das desigualdades sociais na escola devido ao apego, das instituições universitárias, na definição social de equidade nas oportunidades de escolarização. O autor faz uma crítica em relação a isso pois, de certa forma essa equidade que é tanto utilizada acaba por se tornar injusta pois em uma sociedade com ideias democráticas, protege-se mais os privilégios do que a transmissão aberta dos mesmos.

Nesse sentido, baseando-se na igualdade tanto utilizada na formação do professor e na educação do aluno, faz com que as desigualdades iniciais entre os alunos, vindos de uma classe privilegiada e de classes sociais desfavorecidas, sejam de fato esquecidas, ou como coloca o sociólogo, utilizada como máscara e justificativa de indiferença.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de

avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (Bourdieu, 2016, p. 59).

A escola não leva em conta todas as culturas existentes na sociedade, ela prega apenas a que considera correta, a cultura praticada pela classe dominante. Ao fazer isso os alunos originários das classes sociais mais baixas, por não ter contato direto com a cultura erudita, terá uma maior dificuldade em ter um sentimento de pertencimento na escola, fazendo com que ele tenha de se esforçar muito mais para conhecer, aprender e praticar esses conhecimentos passados pela escola. O contrário acontece com os estudantes originários de classes sociais mais altas, como já possuem um contato direto com essa cultura, não precisarão de maiores esforços para se adequar às exigências da escola.

Com isso os filhos que carregam culturas diferentes daquela praticada na instituição escolar, serão forçados a esperar tudo e receber tudo da escola, e sempre estarão sujeitos a serem repreendidos e punidos por suas condutas.

Sendo assim, segundo Bourdieu, partindo de uma sanção considerada e reconhecida como neutra, a escola transforma as diferenças econômicas e sociais em distinção de qualidade, as desigualdades de reais em desigualdades de direito, e legitima a transmissão da herança cultural. Ou seja, ela permite que os membros das classes desfavorecidas, tenham poucas chances de ascender socialmente, permitindo-os pensar sua condição como inferior e que este sempre será seu destino social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar, a partir das reflexões acumulados ao longo do trabalho, que a escola sendo uma instituição formalizada para transmissão dos saberes socialmente constituídos, tende a mostrar uma contradição daquilo que se propõe como função e finalidade. Mesmo tendo como principal função a formação integral de um sujeito, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, o que vemos acontecendo na prática é um pouco diferente, o crescimento das desigualdades presente no país mostra que estamos longe de conseguir uma sociedade mais justa.

Bourdieu foi um sociólogo que orientou seus trabalhos para os problemas sociais das desigualdades, como resultado elaborou teorias com o objetivo de compreender esses problemas. Logo, seus trabalhos foram guiados para a educação, mais precisamente a escola, onde o autor conseguiu perceber, através de estudos, que a escola também possui um sistema de reprodução, e que mais contribui para a legitimação das desigualdades, do que para a mobilidade social.

Com seus estudos Bourdieu produziu uma teoria acerca do sistema de ensino, denominados de mecanismos reprodutores, dos quais destacamos a violência simbólica, *habitus*, campo, capital cultural e a conservação social. Elementos importantes na compreensão da prática educativa escolar, desde a inserção dos alunos no meio escolar até sua formação.

Considero que esta temática apresenta uma grande importância para a formação profissional e pessoal, pois se tratando de um assunto que se mostrou como um instrumento de investigação e reflexão do estudado nas aulas de sociologia de educação, permitiu a melhor compreensão das experiências vivenciadas como aluna durante a escolarização. Através desse trabalho puder perceber, o processo que ocorreu durante os anos escolares, sendo possível assim, entender porque existia uma divisão entre aqueles que eram “bons” nos conteúdos escolares e aqueles que não eram. Essa classificação era padronizada, que não se tratava apenas da forma que era colocado na sala, mas sim, que sua posição era posta de acordo com a proximidade ou não da cultura reconhecida pela escola, ou seja, aqueles que tinham

facilidade e eram valorizados, se tratava exatamente daqueles que possuíam um capital cultural considerado mais erudito, e o contrário acontecia com aqueles que não possuíam o mesmo capital. E o destino que se seguiu foi o mesmo que eles já dispunham, não houve nenhuma alteração, da mesma forma que entraram eles saíram. Porém, aquilo que ocorreu comigo foi diferente, não porque foi mérito, e sim porque decidi me adaptar à cultura da escola, passei a sentar na frente da sala, lugar que só os “inteligentes” sentavam e aproveitar todas as chances que passaram por mim, e graças a isso eu pude frequentar o ensino superior, já que uma oportunidade surgiu após tirar boas notas no ensino médio. A escola não me prejudicou de forma profunda, mas, e aqueles que não tiveram o mesmo destino, não foi porque não souberam aproveitar ou porque não eram bons o suficiente e sim porque a escola não ofereceu as oportunidades de acordo com as necessidades de cada aluno ali presente.

Desse modo, tendo em vista as reflexões acumuladas ao longo deste texto, a escola seria uma instituição que ao contrário das perspectivas de garantir oportunidades iguais a todos, se apresenta como uma instituição que contribui para a reprodução, que inclusive se encontra também incorporado nela. Os estudos de Bourdieu apontam que há uma relação entre a origem social do aluno com seu desempenho escolar. Cada indivíduo carrega consigo uma bagagem como herança familiar, que irá orientar sua postura perante a diversas situações que vivenciar. O sujeito fará uso dessa bagagem durante os anos escolares, ou seja, podemos definir essa bagagem como sendo o capital cultural, social e econômico. Para o autor o capital cultural terá maior influência no destino escolar, pois ele apresenta os gostos, a cultura, a proximidade com os estudos, o domínio da língua etc. Sendo assim, quanto mais o capital cultural do aluno estiver próximo da cultura valorizada pela escola, melhor será seu desempenho escolar. Aqueles que possuem a cultura favorecida carregam mais facilidades devido ao contato preexistente com a cultura valorizada pela escola, enquanto aqueles que são de classes mais desvalorizadas teriam mais dificuldade devido a distâncias dos assuntos abordados pela instituição. Sobre isso Nogueira e Nogueira (2002) apontam:

Cobra-se que os alunos tenham um estilo elegante de falar, de escrever e até mesmo de se comportar; que sejam intelectualmente curiosos, interessados e disciplinados; que saibam cumprir adequadamente as regras da “boa

educação”. Essas exigências só podem ser plenamente atendidas por quem foi previamente (na família) socializado nesses mesmos valores. (p.21)

Isso evidencia que a cultura valorizada e transmitida pela escola, é aquela que ela considera a melhor, ou seja, ela impõe um arbitrário cultural, porém essa cultura imposta é caracterizada como a mesma praticada pela cultura da classe dominante. Essa imposição é praticada de forma sutil, pois os envolvidos não percebem que estão sofrendo essa ação, caracteriza-se como uma violência simbólica.

A escola, nesse sentido, seria um campo social no qual há relações entre indivíduos e assim como qualquer campo possui princípios e regras que precisam ser seguidos e, a partir disso, valoriza um determinado *habitus*, no qual podemos afirmar sendo, o praticado pelo grupo social da classe dominante.

Com isso, é possível perceber que utilizando desses mecanismos, a escola não oferece oportunidade para que todos tenham uma educação de qualidade, capaz de transformar e mobilizar sua realidade social. Ela trata as diferenças iniciais como iguais, não levando em consideração as necessidades de cada indivíduo nem suas dificuldades perante ao conteúdo curricular. E isso irá resultar no destino de cada aluno, pois ao reproduzir em seu âmbito escolar, aquilo que já está determinado socialmente, a escola contribui para manter as desigualdades sociais.

Segundo Nogueira e Nogueira (2002) os trabalhos de Bourdieu constituem como um dos mais importantes paradigmas que podem ser utilizadas na interpretação sobre a sociologia da educação. “Continua viva e inspirando novos trabalhos sobre os mais diversos aspectos do fenômeno educacional” (p.18). Apesar disso, segundo os autores sua sociologia vem sendo criticada por duas razões: sua categorização de classe social ser insuficiente como critério de diferenciação familiar; e o processo de formação e de transmissão do *habitus* familiar. Para eles essas classes, utilizadas por Bourdieu, é muito abrangente para captar certas diferenças apresentadas pelas famílias, e o *habitus*, se mostra necessário de um maior estudo, já que ele não é formado e nem transmitido de forma automática. Em relação a esses problemas, os autores e críticos dessa sociologia apontam que apesar de haver muitas contribuições realizadas por Bourdieu algumas de suas teorias apresentam certas limitações, abrindo espaço para novas pesquisas.

Assim como todas as ideias, estudos e teorias criadas, nenhuma pode se dar como perfeita ou concluída, elas estarão sempre expostas à contradição. Neste caso, o mais importante são novos estudos em busca de melhores definições, atualizados de acordo com as novas realidades, sempre na perspectiva de buscar alternativas para os problemas encontrados na educação.

Apesar do trabalho ter sido capaz de responder os objetivos propostos, ficou evidente que os assuntos precisam de um maior aprofundamento teórico, pois eles tratam de um tema complexo. Tendo como base teórica um autor, do qual seus estudos apresentam uma certa complexidade para compreensão, fica claro a necessidade de novas pesquisas, uma investigação de campo, que possibilite não apenas uma confrontação teoria e realidade, mas que explicita como estes mecanismos de reprodução e legitimação da realidade continuam operando nas sociedades desiguais do século XXI.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde Lina; A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964) - **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 <file:///C:/Users/amand/Downloads/administracao-escolar-na-era-vargas.pdf>

ARAÚJO, C. M. & Oliveira, M. C. S. L. Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo Pesquisas e Práticas Psicossociais – **PPP** - 8(2), São João del-Rei, julho/dezembro/2014.

AURIGLIETTI, Rosangela Cristina Rocha. Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas – o combate a evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. **Cadernos PDE**. Curitiba, Secretária da Educação. 2014.
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ped_artigo_rosangela_cristina_rocha.pdf

BITTAR, Marisa; Bittar, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education** Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012. [file:///C:/Users/amand/Downloads/Dialnet-HistoriaDaEducacaoNoBrasil-4864688%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/amand/Downloads/Dialnet-HistoriaDaEducacaoNoBrasil-4864688%20(4).pdf)

BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19896/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20EQUIDADE%20E%20EFIC%C3%81CIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. São Paulo: Vozes, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: Nogueira. M.A; Catani. A. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.43-78.

_____. **O poder simbólico**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Os três estados do capital cultural. *In*: Nogueira. Maria A; Catani, Afrânio. **Escritos de educação**. 16ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p.79-88.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 43-72.

BUSETTO, Áureo. Para pensar os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu na educação brasileira. In: (Org) Barbosa, R.L.L. **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. Unesp, 2003, p. 497-510.

BONAMINO, A.; CAZELLI, S.; ALVES, F.; FRANCO, C. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-499, set./dez. 2010. <https://www.redalyc.org/pdf/275/27515491007.pdf>

BRANDÃO, R. Carlos. Educação? Educações: aprender com o índio In: **O que é Educação?**. Editora e livraria brasiliense, Tatuapé-SP, 2013, p.3-19.
<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=wmgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=carlos+rodrigues+brandão&ots=zfNPhQI9G&sig=lvAQoKvPp404s0kdtpu1BKQb5KI#v=onepage&q=carlos%20rodrigues%20brandão&f=false>

BRASIL. **Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN)**. Brasília, 1997.
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília, 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CARVALHO, Marília Pinto. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Revista Brasileira de Educação**. Vol.22, 2004: p.247-290.
<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a10.pdf>

CHERQUES, Hermano. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública** vol.40 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003

CUNHA, Maria. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1820/1584>

DOURADO, L.F; MORAES, K. N.; OLIVEIRA, J. F. Função social da educação e da escola. **Políticas e Gestão na Educação**. Disponível em:
http://186.193.48.66:23200/curso1/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf

MACIEL, L. S. B.; NETO, A. S. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p.465-476, set/dez. 2006.

MARTINS, Fernando. A diferença entre desigualdade e diferença. **Gazeta do Povo**. 2019 <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/fernando-martins/a-diferenca-entre-desigualdade-e-diferenca-aa15w92ahq47jo9egvcvpb1vy/>

NOGUEIRA, M.M. Carlos; NOGUEIRA, M. Alice. A sociologia de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 78, Abril/2002.
<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem da desigualdade (1754). Ebook Brasil, Julho/2001 <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>

RODOLPHO, Adriane Luísa. Pierre Bourdieu: notas biográficas. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP), Vol. 14, set.-dez/2007. <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2067/1979>

SANTOS, M. Breno. **Fora das missões**: Os colégios jesuíticos no Brasil no final do século XVI. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/santos-breno.pdf>

SANTOS, C. Bianca. As principais contribuições de Pierre Bourdieu para a educação. **XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**. Maringá-PR. abril. 2016 Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-004.pdf

SETTON, Maria. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, no 20, 2002. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/teoria_habitus_bordieu.pdf

SILVA, L.F; OLIVEIRA, LUIZIR. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. **Revista FSA**, Teresina, v. 14, n. 3, art. 9, p. 160-174, mai./jun. 2017. <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342/1249>

SILVA, J. A.; WEIDE D. F. **A função social da escola**. UNICENTRO Paraná. <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/945/5/Fun%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Escola.pdf>

SILVEIRA, Daniel. Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE. **G1**, economia, Rio de Janeiro, 2019. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/crise-levou-45-milhoes-a-mais-a-extrema-pobreza-e-fez-desigualdade-atingir-nivel-recorde-no-brasil-diz-ibge.ghtml>

Todos Pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Moderna, 2019. <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>